

Sindical CUT prepara boca-de-aeroporto contra reforma da CLT -

A CUT está preparando uma grande mobilização para convencer os deputados federais a votar contra o projeto de lei que altera a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Sindicalistas ligados à central passaram o final de semana visitando os parlamentares em seus Estados para mostrar os pontos desfavoráveis do projeto. A partir de amanhã, será montado um esforço extra nos aeroportos das principais capitais do país.

"Tentaremos convencer os deputados duas vezes. Ficaremos nos aeroportos das cidades de origem dos parlamentares mostrando os aspectos negativos do projeto. Também montaremos um plantão no aeroporto de Brasília esperando os deputados chegarem para as votações desta semana. Será uma boca-de-aeroporto", disse o secretário-geral da CUT, Carlos Alberto Grana.

O projeto de lei que altera a CLT deve voltar à pauta de votação do Congresso amanhã. A votação do projeto -que deveria ter acontecido na quarta-feira da semana passada- saiu de pauta depois de um pedido de adiamento protocolado pelo PMDB.

Representantes da CUT, CGT e Força Sindical estiveram reunidas sexta-feira com o presidente nacional do PMDB, deputado Michel Temer, para garantir que o partido votará contra a proposta.

A assessoria de Temer informou que o PMDB se posicionará contra a alteração da CLT, caso não seja retirado o caráter de urgência da votação. O partido entende que a mudança precisa ser melhor discutida pela sociedade.

Apesar deste posicionamento, a CUT pretende endurecer as manifestações contrárias à votação do projeto para a próxima semana. "Não podemos amolecer. Tentaremos até o último minuto cancelar a votação do projeto", disse Grana.

Do lado contrário, a Força Sindical acredita que o projeto pode ser aprovado agora, já que a redação original foi alterada pelo seu relator, o deputado federal Ney Lopes (PFL-RN).

O projeto original previa que as negociações feitas entre empresas e trabalhadores, por meio do sindicato da categoria, prevalecesse em relação ao previsto na legislação trabalhista. A nova redação substitui a expressão que ditava que "convenção ou acordo coletivo prevalecem" sobre a lei. O novo texto estabelece que na ausência de convenção ou acordo coletivo a lei fica valendo.

"Tentaremos convencer o PMDB a votar a favor do projeto. A modificação deixa claro que o projeto não vai tirar direitos dos trabalhadores", disse o presidente da Força, Paulo Pereira da Silva.

"O primeiro texto era muito agressivo. As negociações ficavam acima da lei. Com as mudanças, as negociações só poderão prevalecer sobre a legislação se forem para melhorar a lei", disse.

O presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, disse que o texto original foi modificado para facilitar sua aprovação e acabar com as críticas que o projeto estava recebendo dos partidos de oposição. "Não existe mais o que criticar no projeto. A CLT continuará prevalecendo."

Aliado do ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, o sindicalista defende a reforma da CLT como forma de aumentar o poder de negociação dos sindicatos e centrais sindicais.

O novo texto também cria, por meio de parágrafo único, cinco categorias de direitos trabalhistas que não poderão ser negociados: FGTS, previdência, segurança e saúde de trabalho, vale-transporte e vale-refeição. "Estes direitos são inegociáveis e não poderão ser alterados, mesmo com a reforma da CLT", disse Paulinho. O sindicalista garante que outros direitos trabalhistas que podem ser alvo da reforma da CLT também não serão extintos ou reduzidos. "O que poderá ser negociado é a forma de pagamento dos direitos. O 13º salário, por exemplo. As empresas e sindicatos poderão negociar uma forma diferente para

pagar o 13º, mas não reduzir o seu valor ou acabar com este benefício." (*Folha on line*, 26/11/2001)

Argentina- el Gobierno convocó a una concertación - El presidente de la Nación Fernando de la Rúa le puso anoche fecha y agenda a su convocatoria a la dirigencia empresarial, política y sindical, entre otros sectores, a la que definió como un gran acuerdo intersectorial. Durante el cierre de la Séptima Conferencia de la UIA, De la Rúa confirmó el encuentro con representantes sectoriales para el jueves próximo, a quienes llamó a integrar comisiones para consensuar propuestas alrededor de seis temas: canje de deuda, déficit cero, política social, reactivación económica, inserción argentina en el mundo y reforma del Estado. *Clarín*- 23/11/2001

El miedo a que todo sea una foto - Frente a la convocatoria intersectorial del Presidente para consensuar propuestas económicas los dirigentes de los dos grupos de la CGT dicen que cualquiera de las iniciativas que salgan de una mesa de concertación, deberá privilegiar antes que nada la generación de nuevos

puestos de trabajo. Es al fin la única receta que conciben en las cúpulas sindicales para sacar a la Argentina de la recesión alguna vez.

Los dirigentes de una y otra CGT que ayer por la tarde se reunieron en la UIA con miembros del Frente Productivo dejaron expresa constancia de sus diagnósticos de la crisis; y de posibles medidas para salir del atolladero. También quedó dicha una frase que denota cierto escepticismo sobre esta nueva movida que lleva la firma del Gobierno.

Entre los gremios hay disposición para discutir los temas que más le urgen a la administración De la Rúa, como el canje de deuda y el déficit cero. Sin embargo, exigen que las cuestiones sociales (red de contención para desocupados, crac financiero del sistema de salud) tengan el mismo status que los otros puntos.

Toda esta instancia que abrió el llamado a la concertación volvió a mostrar la disposición sindical de que se exploren "nuevas herramientas" para modificar la paridad cambiaria "sin tocar la convertibilidad". Una alquimia que creen posible a partir de la creación de un dólar diferente para los exportadores. Y otro distinto para establecerle límites a la importación indiscriminada.

Otra exigencia que lleva la firma de las dos CGT (la CTA de Víctor de Gennaro aún no fue invitada a estas conversaciones preliminares) es que el Gobierno revise y modifique el capítulo asignaciones familiares del último paquete de medidas del oficialismo, presentado hace tres semanas. A la dirigencia gremial le resulta indigerible la "revolución social" que había prometido la ex ministra Bullrich, en base a una reasignación de esos beneficios. Volver atrás implicaría restituirle 240 millones de pesos al fondo de asignaciones.

A nadie se le escapa —a los sindicalistas tampoco— que este intento de acuerdo de los sectores productivos dependerá en buena medida de que la Argentina se junte con el desembolso del FMI de 1.260 millones de pesos; tan necesario como el agua para alguien perdido en el desierto. Todos conceden también que será clave la discusión en el Congreso del presupuesto 2002, prevista para el mes que viene.

¿Irá Moyano a la cita del jueves en la Casa Rosada? Algunos de sus voceros hicieron saber que no. El viernes, cuando el Presidente lanzó la convocatoria, el camionero se encontraba en un acto sindical. Un portavoz de los gremialistas rebeldes confió a este diario que en esa central le tienen hoy más confianza a los sectores del frente productivo que al propio Gobierno, por más que los empresarios se "ocupen más de las variables económicas" que de las penurias sociales. (*Clarín*, 26/11/2001)

Los docentes pueden volver a montar la carpa blanca- La posible vuelta a la plaza del Congreso de una de las protestas de mayor simbolismo de los últimos años despertó reflexiones, apoyos y esperanzas. En estas opiniones, la Carpa es símbolo de la crisis del sistema educativo, de la "deuda" de un Estado desvanecido. Lea los artículos **Símbolo de cambio**, de **Susana Vior** - Directora de la Maestría en Política y Gestión de la Educación, Universidad Nacional de Luján; **La carpa blanca, bis** - de **Emilio Tenti Fanfani** -Sociólogo especialista en educación; e **La deuda del Estado, las deserciones del Estado** de **Silvia Y. Llomovatte**- Profesora e investigadora en Sociología de la Educación, Facultad de Filosofía y Letras, UBA. (Lea los textos en **Página 12** de 25/11/2001 o en **Sindicato Mercosul**)

Metalúrgicos aprovam propostas da Volks - Os funcionários da Volkswagen aprovaram em assembleia nesta quarta-feira (21) a nova proposta feita pela montadora. O acordo aprovado envolve a flexibilização da jornada de trabalho e a adesão de 700 funcionários ao Programa de Demissões Voluntárias (PDV).

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Luiz Marinho disse, em seu discurso antes da votação, que as demissões e a falta de investimento seriam inevitáveis se a proposta não fosse aceita. Mas deixou claro que essa não seria uma "chantagem". E que se fosse rejeitada os trabalhadores retomariam imediatamente a greve.

Volks troca demissão por banco de horas - A Volkswagen de São Carlos não irá demitir funcionários da fábrica de motores, caso eles aceitem a proposta de prorrogação do banco de horas, segundo a comissão de fábrica da montadora. Segundo a comissão, a empresa ameaçava demitir 91 metalúrgicos se não houvesse adesão ao PDV (Plano de Demissão Voluntária), que foi encerrado ontem. No total, 12 funcionários aderiram ao plano.

A empresa informou, por meio de sua assessoria, que manteve as negociações, no entanto não confirmou que não irá demitir. Além do banco de horas, a proposta da empresa inclui o reajuste do valor da alimentação.

A comissão de fábrica afirma que o acordo foi negociado ontem à tarde e que a empresa se comprometeu a não demitir caso os funcionários aceitem um pacote de medidas.(FSP, 24/11/2001)

Com a aprovação da proposta a montadora readmite os 3 mil funcionários. Metade começa a trabalhar de imediato e outros 1.500 recebem licença remunerada até o fim de janeiro. Dos 1.500 em licença

remunerada, 700 terão de participar de um programa de demissão voluntária. A proposta da montadora inclui a redução dos salários dos 16 mil funcionários em 15%. A empresa deve fabricar, em São Bernardo, a versão exportação do Polo sedan a partir do segundo semestre de 2002. O veículo seria feito inicialmente na China.

A Volks estuda também a possibilidade de trazer para São Bernardo a produção do projeto Tupi, que seria fabricado em São José dos Pinhais. O projeto da empresa é dividir a produção do Tupi entre as duas unidades. São Bernardo ficaria com a produção da linha para exportação e São José dos Pinhais, com a versão dirigida para o mercado nacional. (*Panoramabrasil*, 21/11/2001)

La CGT, de visita al embajador Walsh – Dirigentes de la CGT Rodolfo Daer, y los integrantes del consejo directivo Armando Cavalieri (comercio), Oscar Lescano (Luz y Fuerza), Gerardo Martínez (construcción) y el estatal Andrés Rodríguez, se entrevistaron ayer con el embajador norteamericano, James Walsh, quien les planteó que la solución a la crisis argentina debe partir de los argentinos. Fue en la residencia privada de Walsh, donde se analizó también la suerte que puede llegar a correr el canje de bonos de la deuda externa que encara la administración de Fernando de la Rúa.

Los sindicalistas trazaron un duro cuadro social y señalaron la "debilidad" del Gobierno, al que atribuyeron "falta de vigor en la toma de decisiones". La reunión duró dos horas, entre las 11 y las 13, y tuvo también en la agenda el llamado a la concertación social que hizo esta semana el Gobierno y que cuenta con el aval de este sector sindical. (*Clarín*, 24/11/2001)

Servidores do INSS voltam ao trabalho, mas mantêm estado de greve - Os servidores do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) voltam ao trabalho na próxima segunda-feira, depois de 106 dias de greve. Apesar disso, os servidores decidiram, na noite de ontem, manter o estado de greve.

O motivo, segundo o sindicato dos funcionários federais, é que dois pontos do projeto de lei que foi enviado ao Congresso com as reivindicações dos grevistas foram modificados.

O primeiro incluiria 5.600 funcionários que trabalham em serviços de limpeza e manutenção na nova carreira da Previdência.

No acordo fechado durante a última reunião entre o governo e os grevistas, em que foi definido o fim da greve, esses funcionários também seriam incluídos no plano de carreira. Segundo o sindicato, o projeto exclui esses funcionários.

A verba destinada aos aumentos são o segundo ponto de discordância entre os grevistas e o governo. De acordo com o sindicato, parte do dinheiro destinado à gratificação foi deslocada para o salário-base dos servidores.

Com essa mudança, o governo gastaria R\$ 114 milhões, mas a verba remanejada do Orçamento para conceder o reajuste foi de R\$ 186,6 milhões. (*Folha Online* – 25/11/2001)

Docentes - substitutivo de reajuste salarial vai ser debatido - O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) vai discutir durante o final de semana propostas para um substitutivo ao projeto de lei que o governo enviou ao Congresso Nacional, em *Brasília*, com proposta de reajuste para os professores das universidades federais, em greve há 95 dias. O sindicato indicou às assembleias estaduais que votem pela desistência da incorporação da gratificação por atividade executiva (GAE). Essa reivindicação foi o principal ponto de embate entre o governo e os sindicalistas durante as negociações. (*O Povo*, 25/11/2001) *Leia notícia completa em [Sindicato Mercosul](#)*

Paraguay- Magistrado prohíbe a huelguistas acercarse al local del BCP- Los funcionarios huelguistas del Banco Central del Paraguay no podrán acercarse a los diferentes accesos al predio de la institución mientras dure la medida de fuerza. Así lo dispuso ayer el juez en lo laboral Julio César Centeno, al hacer lugar a una medida cautelar de urgencia solicitada en el marco de la demanda por calificación de huelga promovida por el BCP contra los dos sindicatos que nuclean a los trabajadores de la entidad. (*ABC Color*, 24/11/2001). *Leia nota completa em [Sindicato Mercosul](#)*

Uruguay- Exitosa caminata por Antel - El presidente del Encuentro Progresista, Tabaré Vázquez, encabezó la movilización junto a los dirigentes de Sutel y de la Comisión pro Referéndum. Miles caminaron desde el Cerrito de la Victoria hasta la Explanada Municipal, en otra movilización en "defensa de Antel".

De la caminata participaron los principales dirigentes de las organizaciones sociales, que junto al EP-FA, conforman la Comisión Nacional en Defensa del Patrimonio, algunos de los cuales hicieron el recorrido y otros se incorporaron en la tarde.

Al llegar a la Universidad de la República, los manifestantes se detuvieron para escuchar la proclama del CNDP, leída por la dirigente de Sutel Carmen Zurano.

Según información de los organizadores fueron entregadas a la Comisión 50 mil papeletas, conteniendo otras tantas firmas. Esa cifra llevaría el total de recolectado a más de 400 mil. Hasta anoche (17/11) no estaban contabilizadas las adhesiones recogidas en la caminata. (*La República* 18/11/01).

AUTE denuncia acción liquidacionista de UTE- El Sindicato de trabajadores de UTE, AUTE, denunció la existencia de una estrategia liquidacionista contra el ente por la que se le ha aportado del mercado de generación por medio de gas y que a través de la Unidad Reguladora de energía se está instrumentando un reglamento para los operadores en el sector donde se liquida UTE al no permitírsele realizar inversiones.

Julio García, Heber García y Gerardo Rey dirigentes de la Asociación de funcionarios de UTE, entendieron necesario hacer conocer la opinión del sindicato sobre el actual proceso que se vive en el mercado energético, donde por un lado se está definiendo la instalación de nuevas plantas generadoras y por otro, para diciembre se culmina con el Reglamento a regir en el mercado. (*La República* 18/11/01).

Situación de uruguayos indocumentados residentes en Chui - Hace menos de un mes, unos 1200 uruguayos que residen del otro lado de la línea divisoria, recibieron la noticia que la extraña decisión de aplicar la ley de extranjería vigente desde 1980, los expulsaría del territorio brasileño al no poder regularizar su situación. La frontera Chuy-Chui es el único lugar donde se aplicó esta medida pero en los últimos contactos emprendidos con la representación diplomática brasileña en Uruguay. Se dio garantía que estos cientos de uruguayos- en su mayoría de precaria condición económica- podrían permanecer en su lugar de residencia.

Por otra parte, la situación creada en la frontera departamental llegó al Parlamento logrando que la Comisión de Asuntos Internacionales se reúna el próximo miércoles en la frontera con pobladores del lugar y trabajadores en la creación de normativas tendientes a encauzar una política de frontera (*La República* 18/11/01).

Moyano convocó a la "desobediencia civil" - Hace 17 meses llamó a una rebelión fiscal, hace 150 días convocó a un boicot contra los capitales españoles. Ayer, en la Plaza de Mayo el camionero Hugo Moyano amenazó con promover la "desobediencia civil" si no cambia la política económica.

"Quieren eliminar el aguinaldo (13º. salario argentino), una conquista de 50 años, quieren demostrar la teoría de que los Estados ya no sirven para nuestro pueblo, y después viene la dolarización", advirtió Moyano, bajo una lluvia de primavera.

La idea de marchar con todo el poder sindical contra la destrucción del PAMI y la política de ajuste germinó en horas de confrontación con el Gobierno. La falta de un criterio común derivó en la dispersión de la marcha, encabezada por trabajadores del PAMI, miembros del gremio de los camioneros y taxistas, pero también acompañada por seguidores del carapintado Mohamed Alí Seineldín, la Corriente Clasista y Combativa y los jubilados y piqueteros de Raúl Castells. Habían incluso pancartas con la cara de Ben Laden. (*Clarín, La Nación*, 22/11/2001)

Cada día, en la Argentina hay 2.000 nuevos pobres - "La Argentina fabrica 2.000 nuevos pobres todos los días como consecuencia de una crisis que está golpeando con fuerza desde hace más de tres años especialmente a la clase media", sostuvo ayer el sociólogo Artemio López, director de la consultora Equis, cuando presentó su trabajo en la Séptima Conferencia Industrial de la Unión Industrial Argentina (UIA). Y apuntó que la crisis "excede el problema del desempleo" ya que "aún familias con su jefe ocupado están muy por debajo de cubrir el costo de una canasta básica".

El relevamiento de Equis, que muestra una realidad los argentinos que viven por pobreza. Hoy, los pobres último año, 730.000 personas pobreza, una frontera de la familia tipo -matrimonio y dos si su ingreso mensual es inferior a \$ 480, según estimaciones del INDEC.

Según datos oficiales, en la Argentina más de la mitad de los asalariados gana menos de 500 pesos por mes. Más de cuatro millones están desocupados y subocupados. En la Capital y el Gran Buenos Aires viven 4,5 millones de pobres y de éstos, el 60% proviene de la clase media.

se basa en datos del INDEC, impiadosa para el 40% de debajo de la línea de la suman 14 millones. Y en el cruzaron la línea de la que es difícil volver. Una hijos- es considerada pobre

"Los nuevos pobres provienen del sector de ingresos medios y hoy viven con menos de 4 pesos diarios. Son familias tipo (matrimonio y dos hijos) que tienen al jefe de familia empleado y no ganan más de 500 pesos mensuales, cuando la canasta básica según los cálculos del INDEC cuesta 1.050 pesos", explicó López.

Estos nuevos pobres son hijos del deterioro de esa clase media lastimada, después de tres años de recesión económica y una reducción de salarios por parte del Estado y las empresas privadas.

En su exposición, López explicó que "en la década del 70 y del 80 la pobreza estaba referida solo a lo estructural: habitantes de villa de emergencia o asentamientos precarios, con déficit de infraestructura. En los 90, la pobreza se expande, ya que ahora es por nivel de ingresos, a pesar de ser gente sin necesidades de infraestructura". Son los "nuevos pobres", que se diferencian de los NBI (aquellos que tienen las Necesidades Básicas Insatisfechas). Otro dato: la pobreza no siempre es sinónimo de falta de trabajo. A partir de 1997 el desempleo se estabiliza en el 14%, pero la pobreza sube desde un piso del 26% para llegar al 29% en el 2000. La pérdida de ingresos también barrió con las expectativas de la clase media. Según una encuesta realizada por Graciela Römer, el 76% de los argentinos piensa que sus padres tenían un nivel de vida mejor que el actual. El dato más dramático es que el 60% de los consultados opinó que en el futuro, sus hijos van a tener más privaciones de las que ellos están sufriendo hoy. Quizá por eso, el 35% de los encuestados apunta que si tuviera la posibilidad de irse del país, lo haría. (*Clarín/Argentina, 23/11/01*)

La distribución de la riqueza en el socio principal del Mercosur - El 70 % de los indigentes brasileños se encuentra en apenas una región: el Nordeste -sí, en los Estados que suelen poblar

Cincuenta millones de brasileños son indigentes y viven con 1 dólar al día; considerando apenas a los brasileños menores de 16 años, el 46% es técnicamente miserable; la desigualdad en Brasil se mantiene igual desde hace tres décadas; y en Estados como el nortño Maranhao, el 63% de las personas tiene ingresos inferiores a 33 dólares al mes.. Sólo Suazilandia, Nicaragua y Sudáfrica le ganan al país vecino en el ranking de naciones más inequitativas del planeta. Se necesitan US\$ 690 millones por mes para terminar con el hambre. El 10% más rico de la población aumentó sus ingresos en un 38% en la última década.

los suplementos de turismo con playas como Maceió, Natal o Recife.

Entre esos indigentes, el 58% está en familias de trabajadores informales, y sólo 7,8 % pertenece a familias de desempleados. La pobreza extrema no se concentra en gente que perdió un empleo, sino en gente que probablemente nunca lo tuvo.

Según Neri, el gobierno de Cardoso llegó a hacer una parte del trabajo. Se redujo la mortalidad infantil, mejoraron los índices de escolaridad (97% de los chicos va a la escuela) y aumentó la expectativa de vida. "Pero van a pasar muchos años para que eso repercuta en la distribución de ingresos", afirma.

En el estudio de la pobreza brasileña se generan paradojas curiosas. Si bien mejoraron indicadores como salud y educación, aumentaron por ejemplo todos los índices de violencia -homicidios, accidentes de tránsito y suicidios.

Según afirmó a Folha Online el sociólogo Túlio Kahn, "el aumento de la mortalidad es, sin dudas, el dato más negativo" de los últimos informes del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE, equivalente al INDEC argentino). "Aparentemente los datos parecen contradictorios, pero pueden ser justificados." La explicación estaría en el crecimiento rápido y desorganizado de los suburbios de los centros urbanos; la mayor disponibilidad de armas de fuego y el aumento de las actividades del narcotráfico con todos sus delitos conexos. (*La Nación- 25/11/2001 (Leia mais informações sobre esse tema em [Sindicato Mercosul](#)*).

Desemprego sobe e salário cai, diz o IBGE - Sem contar influências sazonais (típicas de cada período), o desemprego cresceu de 6,3% em setembro para 6,9% em outubro -alta de 0,6 ponto percentual e a maior taxa do ano.

Outro sinal de piora do mercado de trabalho foi a queda no rendimento médio do trabalhador, de 5,3% em setembro, na comparação com o mesmo mês do ano passado.

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística), o aumento do desemprego ocorreu por causa da entrada de mais pessoas no mercado de trabalho. A PEA (População Economicamente Ativa), que mede quem está trabalhando ou procurando emprego, cresceu 0,5% em outubro, (ou 83,6 mil pessoas) na comparação com o mês anterior.

Ao mesmo tempo, a não-PEA, que inclui estudantes, aposentados, donas-de-casa e pessoas que por desestímulo deixaram de procurar trabalho -os desalentados-, caiu na mesma proporção. A queda do rendimento também explica o aumento da PEA, segundo a economista. Na tentativa de compensar a diminuição dos ganhos, membros da família que antes não trabalhavam passaram a procurar trabalho, o que também pressionou o desemprego.

A renda do trabalhador está diminuindo desde janeiro deste ano. Em setembro, o rendimento ficou em R\$ 746,35 -uma queda de 0,9% em relação a agosto.

Para Shyrlene, as pessoas podem ter se animado a procurar trabalho em outubro devido ao aumento de vagas temporárias no final do ano.

Segundo ela, o número de pessoas ocupadas (efetivamente trabalhando), que ficou estável em outubro, mostra que aquelas que resolveram procurar emprego não foram aproveitadas pelas empresas.

Contratações com registro crescem menos - Não é só o desemprego em alta e o rendimento em queda que marcam a piora do mercado de trabalho: as contratações formais de trabalhadores estão perdendo fôlego, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O emprego com carteira assinada cresceu somente 1,5% em outubro, em relação ao mesmo mês do ano passado. Em setembro, a alta havia sido de 3,2% e, em agosto, de 3,9%.

Em contrapartida, as contratações sem carteira assinada estão caindo em ritmo mais lento, com queda de 0,2% em outubro em relação igual mês de 2000. Em setembro, elas haviam recuado 2,5%. Em agosto, 3,3%.

Na comparação com setembro, houve queda de 1% no número de contratações com carteira em outubro. No mesmo período, as admissões sem carteira cresceram 1%. (*FSP, 24/11/2001*)

Brasil: população negra tem menos desemprego e menores salários – Apesar da taxa de desemprego entre os negros das regiões metropolitanas de São Paulo, Porto Alegre e Recife ter caído mais que a média geral, no primeiro semestre do ano, quando o país ainda criava mais vagas do que fechava, a diferença salarial entre as raças permanece e as mulheres negras ainda têm maior dificuldade para conseguir uma vaga no mercado, de acordo com o estudo apresentado ontem pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos), para celebrar o Dia Nacional da Consciência Negra (20/11)

Segundo o trabalho, a taxa de desemprego entre negros ficou em 22,7% em 98. Em junho de 2001, havia caído para 21,6% -diferença de 1,1 ponto percentual. Já entre os não-negros, houve uma redução de 0,8 ponto percentual -de 15,3% para 16,1%.

Em Porto Alegre, por exemplo, a taxa de desempregados negros despencou: passou de 20,6% em 98 para 13,5% neste ano. No caso dos não-negros, houve uma queda menor, de 15,2% para 14,1% em junho de 2001.

O Dieese voltou a constatar desigualdades gritantes entre as duas raças, como já havia sido relatado em pesquisa realizada em 2000. Os negros entram mais cedo no mercado de trabalho e demoram mais para deixá-lo. E poucos ocupam cargos de direção: neste ano, em São Paulo, apenas 4,2% dos assalariados negros atuavam nessa função. Em Porto Alegre, a taxa ficou em 3,8%, e, no Distrito Federal, em 11,9%. Para o Inspir, isso ocorre porque em Brasília existe uma grande quantidade de concursos públicos, que dão a todos os grupos raciais o mesmo direito de concorrer a uma colocação. Segundo o estudo do Dieese, o trabalhador negro paulista, que estudou até o ensino fundamental (1ª à 8ª séries), apresentou uma taxa de desemprego de 25,9%. Enquanto o branco, com o mesmo grau de escolaridade, registrou taxa inferior (17,8%) neste ano.

Os negros recebem menos do que os brancos em todas as capitais analisadas. Em São Paulo, o homem branco recebe, em média, R\$ 1.157. E o negro, R\$ 620. A mulher branca ganha R\$ 720, enquanto a negra recebe R\$ 411. Dados do Dieese, de dois anos atrás, e já divulgados no ano passado, mostram ainda que 48% da população parda (mulatos) no Brasil pertence à classe social mais baixa. E apenas 8% da população branca é "indigente", ou seja, mora em abrigos ou nas ruas. (*Folha de SP, 20/11/2001*)

Uma em cada cinco mulheres enfrenta o desemprego em São Paulo - A situação do desemprego entre as mulheres está pior hoje do que há 15 anos. Entre 1985 e 2000, a taxa de desemprego das mulheres, na região metropolitana de São Paulo, passou de 15,5% para 20,9%. Isso significa que uma em cada cinco mulheres está desempregada. Nessa proporção, a situação dos homens é mais favorável: um em quase cada sete encontra-se sem emprego. Os dados são da Fundação Seade.

Na avaliação de Paula Montagner, gerente de análises e estudos especiais da Fundação Seade, as principais mudanças do cenário feminino nesses 15 anos são o crescimento do número de mulheres no mercado de trabalho e o aumento do tempo em que elas não estão empregadas. A participação feminina no mercado cresceu 17,9% nesses 15 anos -de 44,7%, em 1985, para 52,7%, em 2000.

Os homens passam, em média, 75% do período de desemprego à procura de trabalho. As mulheres, só 50%. A desvantagem da mulher está relacionada ao papel na sociedade. A taxa de desemprego das casadas subiu de 7,2% (1989) para 17,3% (2000). (*Folha de SP, 23/11/2001*)

Venezuela - Comision Electoral de la CTV proclama la lista vencedora - La Comisión Electoral de la Confederación de Trabajadores de Venezuela anunció el último boletín y proclamó al candidato del Frente Unitario de Trabajadores (FUT), Carlos Ortega, vencedor de los comicios laborales. El Frente Unitario de Trabajadores (FUT), con 57,46% de los sufragios, consiguió 10 de los 17 puestos del Comité Ejecutivo de la CTV. Aristóbulo Istúriz del Frente Bolivariano de Trabajadores (FBT), con 15,84% y Alfredo Ramos (El Nuevo Sindicalismo), con 11,04%, fueron nombrados secretarios políticos. Carlos Navarro, Alianza Sindical Independiente (ASI, 6,39%), Froilán Barrios (Frente Constituyente, 4,99%) y Reina Sequera del Frente Bolivariano de Trabajadores (FBT-200, 4,27%), resultaron electos secretarios generales. (*ORIT, REPORTE DE PRENSA, 19/11/2001*)

Mercosul

Itamaraty confirma Botafogo na embaixada em Buenos

Aires - O Itamaraty confirmou ontem que o atual representante da Presidência da República para Assuntos de Mercosul, José Botafogo Gonçalves, assumirá a embaixada do Brasil em Buenos Aires. A indicação foi resultado de cautelosa negociação entre a diplomacia dos dois países e somente foi anunciada depois de obtido o consentimento do governo argentino. Para o Palácio do Planalto, trata-se do diplomata atualmente mais preparado para o posto. Para Buenos Aires, Botafogo havia se tornado um desafio, principalmente por causa de suas duras posições negociadoras durante a mais recente crise entre os dois vizinhos.

Desde julho, as negociações comerciais entre os dois principais sócios do Mercosul estão suspensas por causa de medidas adotadas pela Argentina que restringem a entrada de produtos brasileiros. A tentativa de reaproximação, em outubro, somente acentuou as arestas. Botafogo, portanto, assumirá a embaixada com o desafio de desanuviar as relações entre os dois países. "Vou para a Argentina com a consciência de que o relacionamento entre Brasil e Argentina é para somar. Ambos devem ganhar e nenhum dos dois lados pode sair perdendo", disse ele ao Estado.

A secretaria geral do MRE deverá absorver a diretoria geral de Integração, a área que trata do Mercosul e de suas negociações com outros países e que estava subordinada à subsecretaria-geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior do ministério. (*O Estado de SP, 20/11/2001*)

Botafogo reconhece que câmbio flutuante dificultou Mercosul - O Mercosul passa por um momento delicado, pois a diferença entre os regimes cambiais do Brasil e da Argentina dificulta a expansão do comércio na região. A afirmação foi feita pelo novo representante brasileiro naquele país, José Botafogo Gonçalves, 1.º Seminário sobre Política Tributária, promovido pela Receita Federal, cujo principal tema é "Globalização e Tributação".

O novo embaixador reconheceu que, após quatro a cinco anos de "expansão vertiginosa", o comércio no Mercosul foi afetado pela decisão brasileira de adotar o regime de câmbio flutuante, em janeiro de 1999. "Foi o primeiro tropeço", disse. Com a flutuação do real, a estrutura de preços relativos dentro do bloco foi alterada, abrindo espaço para "uma crise muito grande", comentou o embaixador. "O Brasil passou a viver uma divisão importante com a Argentina, que tem o câmbio fixo."

Botafogo indicou por onde devem seguir as discussões sobre o futuro do bloco: a infra-estrutura - "um gargalo não superado". Por isso, acredita, será necessário um ciclo de investimentos na expansão da infra-estrutura da área, preparando-a para um crescimento no fluxo comercial decorrentes das negociações do Mercosul com a União Européia (UE) e com a Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Botafogo afirmou também que a falta de regimes convergentes sobre tributação é um empecilho a uma maior integração entre os quatro países integrantes do Mercosul. Ele disse que, do ponto de vista das autoridades argentinas, o setor produtivo brasileiro recebe subsídios maiores do que os concedidos por aquele país. "Mas, investigando mais a fundo, constatamos que se trata de visões diferentes sobre o funcionamento dos impostos", disse o diplomata. (*Estado de São Paulo, 21/11/01*)

Canciller paraguayo rechaza idea de abandonar el Mercosur - El canciller de Paraguay José Moreno rechazó la idea de abandonar el Mercosur, expuesta por un experto banquero uruguayo del ABN Amro Bank, este jueves en una conferencia del Club Económico que dijo que el Mercosur no tiene futuro y cuanto antes se lo sepulte mejor.

Refiriéndose a las críticas que señalan que Paraguay y Uruguay aumentaron su dependencia de Brasil y Argentina con la vigencia del Mercosur, el funcionario contestó que antes del nacimiento del bloque Paraguay vendía al mercado de intrazona el 30% de su producción. Sin embargo, a partir de 1991, cuando se constituyó Mercosur, Paraguay vendió a sus socios del bloque el 62% de su producción. Admitió que la devaluación de la moneda brasileña, el real, afectó al bloque y especialmente a Paraguay, pero que, en contrapartida, favoreció sus productos primarios. Todo tiene una relación. No es fácil decir se aprieta aquí, se afloja allá, precisó.

La personalidad política internacional le permite al Mercosur mantener un diálogo con Estados Unidos de América, la Unión Europea, Canadá y otros bloques y no solo convertirse en una unión aduanera, clarificó. Por último, dijo que se debe tener mucho cuidado para opinar sobre una eventual ruptura del Mercosur. Hay que mirar la cuestión en su conjunto y no aisladamente y recordó que a partir del 2002, por resolución del bloque económico, los países tienen que trabajar en la convergencia macroeconómica. *(El País/Uruguay, 23/11/01)*

Bloquearon puente Tancredo en protesta por el cupo cero - La decisión de los gobiernos de Brasil y Argentina de reducir a "cero" las cotas de compras en el extranjero está eliminando el comercio en las tres fronteras.

Comerciantes brasileños bloquearon ayer por más de 10 horas el puente internacional Tancredo Neves en protesta por esta determinación. Los manifestantes indicaron que el Mercosur ya no existe y que la integración cada vez se hace más difícil.

Emulando al Brasil, el Gobierno de Argentina dispuso cota cero para las compras de los argentinos en el extranjero. Anteriormente podrían realizar compras por 150 dólares libre de impuesto. Esta misma medida es adoptada por la Receita Federal (Secretaría de Ingresos Federales) del Brasil a los sacoleiros, afectando al comercio de Ciudad del Este.

La determinación de la Argentina afecta al comercio de Foz de Yguazú (Brasil). Precisamente estos decidieron bloquear el puente internacional Tancredo Neves, que une al territorio brasileño con el argentino en la zona de la triple frontera.

La medida de fuerza se inició a las 08:00 (07:00 hora paraguaya). Utilizando neumáticos viejos y vehículos los comerciantes brasileños impidieron el paso de personas y rodados por la pasarela internacional. Alfonso Brizola, dirigente del movimiento, indicó que la medida de fuerza tenía el apoyo de las propias autoridades municipales de Puerto Yguazú, Argentina. Dijo que la medida restringe al comercio en la zona fronteriza. La medida de fuerza realizada por los comerciantes brasileños podría extenderse por tiempo indeterminado, de acuerdo a lo indicado por los manifestantes. *(ABC Color/Paraguay, 23/11/01)*

ALCA, UE, OMC

Embaixador americano responde a FHC - O embaixador interino dos Estados Unidos no Brasil, Cristobal Orozco, respondeu ontem às declarações do presidente Fernando Henrique Cardoso, na III Assembléia Geral da Conferência Parlamentar das Américas (Copa), de que o combate à pobreza deveria ser uma prioridade, antes mesmo do combate ao terrorismo.

- Ele (Fernando Henrique) insinuou que os Estados Unidos não deviam focar exclusivamente o combate ao terrorismo. Ele está correto, falando a médio prazo. Mas é necessário enfrentar o problema do terrorismo primeiro para poder ter uma economia estável e crescimento econômico.

Orozco disse que os EUA estão dispostos a ajudar os países mais pobres e que a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) será negociada com essa preocupação.

- Estamos preparados para negociar tudo. Os EUA provaram isso na reunião de Doha. Estamos do lado dos países em desenvolvimento.

Ontem, Fernando Henrique Cardoso disse que é preciso transformar em avanços concretos o compromisso obtido na reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Doha, de liberar os mercados internacionais a produtos agrícolas de países emergentes como o Brasil.

- O que se decidiu em Doha foi exatamente isso: um compromisso. É preciso que, nas negociações que agora se seguirão, o compromisso de traduza em avanços concretos, sem demora - disse. Em seu discurso na Copa, o presidente havia citado a experiência da União Européia, quando os países mais ricos apoiaram os mais pobres durante a integração. Ontem, em outro debate, o embaixador da Comunidade Européia no Brasil, Rolf Timans, disse que não se deve esperar tanto da Alca, que, para ele, deve ficar limitada a um tratado comercial. *(O Globo, 21/11/01)*

Brasil discorda de exigências da UE - O Brasil não irá adotar o modelo de rastreabilidade de bovinos proposto pela União Européia (UE). O sistema, que prevê o monitoramento de cada animal desde o nascimento até o abate, como garantia de origem e qualidade, é a principal exigência da UE para continuar importando a carne brasileira a partir de janeiro de 2002. Segundo Meirelles, a certificação por lotes é aceita pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e por isso não poderá ser rejeitada pela União Européia. "Temos que nos impor, ou do contrário estaremos ajudando a criar uma nova barreira, além dos subsídios e cotas que eles já utilizam com frequência."

O secretário também defende a união entre as iniciativas pública e privada para elevar o valor agregado dos produtos nacionais, melhorando o saldo da balança comercial. "Hoje exportamos basicamente matéria-prima. Precisamos investir na transformação do produto agropecuário, vender café torrado e moído em vez do grão verde. É uma forma de elevar o preço da mercadoria e gerar mais empregos", explica. " Segundo estudo do BNDES, para cada R\$ 1 milhão de vendas adicionais no setor agrícola, são gerados 197 empregos."

O processo exigiria ainda o fim da guerra fiscal, que para Meirelles "está esmagando o País". As pendências no entanto não abalam o otimismo do secretário. Ele prevê que até 2010, o Brasil atinja US\$ 2 bilhões em exportações de carne bovina (*Estado de São Paulo*, 21/11/01)

FMI vai fazer pressão pela criação da Alca - O Fundo Monetário Internacional vai exercer pressão para que a Alca (Área de Livre Comércio das Américas, proposta de integração comercial que deverá abranger todos os países da região, à exceção de Cuba) seja criada.

O anúncio foi feito no Canadá por Claudio Loser, diretor da instituição para os países do Hemisfério Ocidental. "Creio que, nos EUA, há uma visão muito favorável à Alca, que seria o elemento essencial para nossos países nessa região. Vamos fazer muita pressão para que ela seja criada."

Indagado sobre que forma de pressão o FMI adotaria, Loser afirmou que ela se restringirá ao campo dos debates e, indiretamente, descartou vincular a aceitação da Alca aos programas de ajuste que a instituição mantém com 12 países na região. Para ele o sucesso do recente encontro da OMC (Organização Mundial do Comércio) em Doha, no Qatar, criou um cenário favorável à liberalização comercial.

Em Doha, 142 países concordaram em realizar, até 2005, uma rodada para reduzir tarifas e subsídios e incentivar o comércio. O ano de 2005 também é o prazo para a conclusão das negociações da Alca, cujo início está programado para o dia 1º de janeiro de 2006. Seu objetivo é reduzir gradualmente, até que sejam zeradas, as tarifas para o comércio entre os países-membros.

As declarações de Loser foram feitas durante as reuniões anuais do FMI, do Banco Mundial e do G-20, concluídas ontem em Ottawa, capital do Canadá. O principal objetivo das reuniões não foi debater comércio, mas permitir que ministros de Finanças melhorem seus instrumentos de combate ao financiamento de atividades terroristas e discutir medidas para combater os efeitos da recessão mundial nos países em desenvolvimento.

O comitê monetário e financeiro do FMI aprovou oficialmente a recomendação de conceder "assistência financeira adicional onde for necessário aos países que perseguem políticas saudáveis". Essa decisão havia sido anunciada em outubro pelo diretor-gerente do Fundo, Horst Kohler. Sua eficácia é polêmica, porque os países mais necessitados são justamente os que mantêm políticas econômicas frágeis. Ao comentar o andamento do atual programa do Fundo para reduzir a dívida de nações pobres, Kohler disse que o acesso delas aos mercados de países ricos é o meio mais eficaz de combate à miséria. "O acesso aos mercados dos países ricos e a eliminação gradual de seus subsídios são nossa prioridade", disse. (Folha de SP, 19/11/2001)

Promessas quebradas para os pobres - A escuridão está se dissipando um pouco. Isto é verdade nos campos de batalha do Afeganistão. Era fato também na semana passada, em Doha, no Catar, onde a reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) combinou o lançamento de uma nova rodada de negociações.

Juntamente com a integração à OMC de China e Taiwan, essa decisão indica uma vontade de fortalecer o sistema comercial. Ela deverá também desacelerar a marcha para medidas protecionistas durante a desaceleração. Mas isto é apenas o começo. Os membros da OMC precisam finalizar o que começaram.

Para ter sucesso, os negociadores precisam atender às demandas de todos os membros das OMC, em particular, dos países em desenvolvimento. Entretanto, a Oxfam, organização de caridade britânica, estava certa ao afirmar que "o sistema está enfrentando uma crise de legitimidade. Essa crise é o produto, não dos protestos antiglobalização, mas da hipocrisia gritante e dos duplos padrões que regem o comportamento de países ricos para com os países pobres." *

Nos anos 80 e 90, os países em desenvolvimento foram persuadidos – alguns poderiam dizer, coagidos - a abraçar o mercado. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional exigiam a liberalização do comércio como um preço para empréstimos que eram essenciais para países onerados por uma dívida impagável. Da mesma maneira, os países em desenvolvimento foram convocados a participar da rodada Uruguai de negociações comerciais.

Os países avançados desempenham um papel dominante nesse sistema, seja como negociadores, seja como mercados. Em 2000, 54% das exportações mundiais de mercadorias foram, em ordem decrescente, para EUA, União Europeia (excluindo o comércio interno), Japão e Canadá. Nisso, além do mais, a UE rivaliza com os EUA como superpotência, com ambos absorvendo quase um quinto das importações mundiais de mercadorias.

Como esses países cumpriram seus princípios liberais e promessas generosas?

Miseravelmente, é a resposta.

O Banco Mundial observa que a pessoa pobre média enfrenta barreiras comerciais aproximadamente duas vezes superiores às que se apresentam a um trabalhador típico de um país avançado.** Em geral, as tarifas em países adiantados sobre as importações de países em desenvolvimento são quatro vezes superiores às das importações de outros países adiantados. Uma proteção excepcional é imposta contra as importações de muitos produtos agrícolas (particularmente na UE e no Japão), de têxteis e vestuário (notadamente nos EUA e Canadá) e de calçados.

A ajuda a produtores agrícolas em países avançados foi de US\$ 245 bilhões em 2000, cinco vezes a ajuda total ao desenvolvimento. Nos membros da Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE) como um todo, um terço da renda agrícola veio de ajuda governamental em 2000.

Queixando-se do desperdício de tanta ajuda, Paul O'Neill, secretário do Tesouro dos EUA, se desgasta à toa e engole sapos. A ajuda agrícola total é hoje inferior ao que era no fim dos anos 80 e, como observa o Banco Mundial, "a participação de exportações subsidiadas até cresceu para muitos produtos do interesse de exportação para países em desenvolvimento".

Depois, além de tarifas altas para importações de têxteis e vestuário, existe um muito antigo acordo multi-fibras que impõe restrições limites rígidos a exportações bilaterais estritas a países em desenvolvimento que exportam. Na rodada Uruguai, os países avançados se comprometeram com a eliminação dessas restrições até 2005. Será que o farão?

Considerem-se os procedimentos antidumping que os países avançados estão decididos a defender. Todo analista que tenha avaliado suas razões conclui que eles são intrinsecamente protecionistas, violam princípios fundamentais da competição e, freqüentemente, apenas respaldam cartéis domésticos. É de se notar a ironia da posição da UE como usuária de medidas antidumping tendo em vista seus subsídios às exportações de excedentes agrícolas. É o programa de dumping mais pernicioso do mundo - e a França o defendeu até o último cartucho em Doha.

Os países avançados insistem em que os países em desenvolvimento devem se ajustar às forças do mercado. Contudo, a despeito de sua capacidade vastamente superior de amortecer as dificuldades dos perdedores, os próprios países avançados não se têm mostrado dispostos a aceitar os mesmos ajustes. Padrões duplos podem ser encontrados por toda parte. Uma das poucas coisas que os países avançados podem fazer, tanto no seu próprio interesse como no do mundo em desenvolvimento, é cumprir seus próprios princípios liberais.

* Eight Broken Promises: Why the WTO isn't working for the world's poor, Oxfam Briefing Paper 9 - www.oxfam.org.uk

** Global Economic Prospects and the Developing Countries 2002 - www.worldbank.org (Martin Wolf é colunista do "Financial Times") (Valor Econômico, 23/11/01)

Acuerdo con Uruguay "no está en agenda" de Canadá - La posibilidad de implementar un acuerdo bilateral de comercio con Uruguay "no está en la agenda" de Canadá, reveló ayer durante un desayuno de trabajo el viceministro adjunto para las Américas de la nación norteamericana, embajador Marc Lortie. El representante del gobierno canadiense señaló en cambio que su país sí está interesado en estrechar sus relaciones con el Mercosur. "Tenemos una perspectiva muy positiva sobre el Mercosur" y la idea es "fortalecer" ese vínculo, aclaró Lortie.

El visitante y la delegación que lo acompaña mantuvieron ayer una reunión con representantes del Mercosur, en el marco del denominado Entendimiento de cooperación en materia de comercio e inversiones entre el Mercosur y Canadá. Asimismo, la comitiva canadiense mantuvo un encuentro con autoridades uruguayas en el que se abordaron temas de interés mutuo.

Las negociaciones entre Canadá y el Mercosur tienen como objetivo adelantar lo que Lortie llamó "la construcción hemisférica". Sostuvo que ese ha sido "el leit motiv" de su país en los últimos años.

El presidente de la Unión de Exportadores del Uruguay, Daniel Soloducho, quien participó del encuentro, consultó a Lortie sobre la posibilidad de que las diferencias que su país mantiene con Brasil obstaculicen un acuerdo con el Mercosur. Un integrante del bloque "nunca debería sentirse víctima" por un problema entre uno de sus socios y un tercer Estado, afirmó Lortie. "Seguir adelante" con el esquema de relacionamiento del 4 + 1 forma parte de "la agenda firme" de Canadá, enfatizó.

"Reafirmamos la importancia de implementar el ALCA en el año 2005", afirmó Lortie, y especificó que, si bien significa un "desafío" negociar entre países de "tamaños diferentes", "un buen acuerdo permite el desarrollo de todas las economías". (*El Observador/Uruguay, 23/11/01*)

Setores e Empresas

Industriales argentinos presentaron plan contra la crisis - José Ignacio de Mendiguren, presidente de la Unión Industrial Argentina (UIA) propuso ayer profundos cambios en los sistemas financiero e impositivo, una reforma de las estructuras del Estado y medidas para mejorar las condiciones de competencia de las empresas, en el marco de un plan que apunta a sacar al país de la crisis económica. Mendiguren consideró necesario corregir la distorsión de los costes de la producción con una disminución de los valores de los servicios, las tasas de interés y la presión impositiva y pidió una mejora en el tipo de cambio con subidas en los aranceles y porcentajes de reintegros a las importaciones. Sobre este último punto, De Mendiguren dijo que el mecanismo propuesto supone una "muleta" pero es el "el único camino posible en lo inmediato".

La UIA también se pronunció a favor de "incorporar al sistema financiero todo el creciente mercado informal de crédito, que encarece los costos, consolidar el rol de la banca oficial y crear un sistema financiero que colabore con la solidez de la economía nacional". Además, impulsó la creación de un banco de reconversión industrial para el apoyo específico de proyectos productivos.

Los industriales quieren medidas más ágiles para luchar contra los subsidios y el "dumping" (competencia desleal), a la vez que pretenden una "renegociación en la integración con el Mercosur y el ALCA". Aunque defendió al bloque suramericano, la UIA señaló que es necesario que se adopten medidas para "recomponer las diferencias de costes por la devaluación" de la moneda brasileña.

Para la UIA, la puesta en marcha de este plan hará posible "un crecimiento del 4,5 por ciento anual de la economía a lo largo de varios años, el superávit fiscal, un equilibrio en las cuentas externas y un desempleo en niveles inferiores al 10 por ciento" (actualmente llega al 16,4 por ciento). (*El País/Uruguay, 21/11/01*)

El 76% de las PYME está en problemas - Según los datos de un estudio elaborado por el Observatorio Pymi, de la Unión Industrial Argentina (UIA), hace diez años, las pequeñas o medianas empresas argentinas que tenían un crecimiento normal o acelerado llegaban casi al 60%. Hoy, las que tienen el privilegio de estar en esas condiciones apenas llegan al 24%. También hace una década, las entidades que sufrían estancamiento o se achicaban alcanzaban el 41%. Hoy integran el 76%. El informe, que dio a conocer Vicente Donato, vicedirector de la Universidad de Bologna en Buenos Aires, compara los resultados obtenidos en esas industrias entre 1991 y este año.

En sintonía con el mensaje de toda la UIA, no hubo ayer empresario de alguna pequeña o mediana empresa que no hablara, de manera explícita o tácita, de la asimetría monetaria que afecta al país en la relación con Brasil. Roberto Domenech, presidente de la Cámara de Empresas Procesadoras Avícolas (CEPA), lo resumió con una frase: "Todo lo que viene a la Argentina es barato; todo lo que la Argentina quiere vender es caro".

Domenech agregó que era necesario que el país modificara la idea que tiene respecto de esas diferencias con sus principales socios: "Queremos que el mundo se acople a nosotros, pero somos nosotros los que tenemos que cambiar".

Ante este panorama, a muchos ortodoxos les cuesta creer que la UIA no esté reclamando una devaluación. Sin embargo, el titular de la entidad, José Ignacio de Mendiguren, aclaró a *La Nación* que lo que piden los industriales es, fundamentalmente, que se apliquen reintegros a las exportaciones y aranceles a las importaciones.

Los industriales apoyan el canje de deuda y consideran que una buena política para las Pyme tendría un efecto inmediato sobre la reactivación y el empleo. Entre otras cosas, porque el 82,5% de las compras a proveedores que hacen estas empresas es en productos fabricados en el país. Esta tendencia es inversamente proporcional al tamaño de las firmas: las más pequeñas son las que tienen mayor porcentaje

de proveedores argentinos. Así, por ejemplo, las entidades que emplean entre 10 y 24 personas tienen un 85% de compra nacional. En las de entre 55 y 200 ocupados, este porcentaje desciende al 78%.

El Gobierno no debería, según la UIA, soltar la mano de las empresas, ni siquiera dejándolas bajo las contingencias del mercado. José María Puppo, coordinador del proyecto sobre políticas Pyme de la UIA, lo pidió expresamente ayer, sobre el final del debate. "Debe haber financiamiento para una estrategia -dijo-. Es cierto que tiene costos, pero los beneficios sociales van a ser muy superiores a esos costos." (*La Nación/Argentina, 21/11/01*)

A indústria de petróleo e gás no Brasil deve atrair, nos próximos dez anos, investimentos de US\$ 100 bilhões

- O Brasil é atualmente a mais nova fronteira de petróleo disponível no mundo. Há três anos, a produção de petróleo no Brasil era um setor de uma companhia só - a Petrobrás - com todas suas amarras de estatal e limitações para investir. Hoje, a exploração de petróleo no país está, também, com 35 novas empresas - 29 estrangeiras e 6 brasileiras (5 delas integrantes de consórcios com grupos internacionais). São empresas grandes como a Ipiranga, a Norberto Odebrecht e a construtora Queiroz Galvão e outras menos conhecidas como as empreiteiras Sotep, da Bahia, e Petroserv, do Rio.

Diante da competição no país, a Petrobrás está operando profunda mudança estratégica, no sentido de tornar-se cada vez mais global. Já tentou, inclusive, mudar seu nome para PetroBrax, tido como mais sonoro (a empresa é conhecida no exterior como "Petrobrás"), tendo esbarrado em poderosa oposição política. A decisão de se internacionalizar foi reforçada no mês passado com o anúncio de um acordo de troca de ativos com a espanhola Repsol YPF, mediante o qual assumirá 800 postos de distribuição de gasolina na Argentina.

Para as empresas brasileiras, o sonho de explorar oportunidades abertas pelo petróleo está só começando. Tome-se o exemplo da carioca Starfish, empresa criada por um engenheiro aposentado com um grupo de seis amigos. Hoje, associada à australiana Coplex, à Queiroz Galvão e à Petrobrás, a Starfish tem participação em dois campos na Bacia de Santos, que devem começar a produzir no final deste ano.

A grande transformação provocada pelo petróleo ainda está por vir. Até agora, os novos campos de petróleo licitados pela ANP não produzem uma só gota de petróleo. Só daqui a quatro ou cinco anos, depois de realizados todos os trabalhos de exploração e desenvolvimento dos poços, é que o petróleo - se for encontrado em quantidade comercial - começará a jorrar para valer.

Mas, se o frenético trabalho de sísmica ora realizado na costa brasileira servir de medida para as oportunidades de negócio nos próximos anos, o cenário, de fato, é alentador. Há dois anos, existiam apenas dois navios fazendo levantamento de dados para detecção de petróleo na plataforma submarina. Hoje, são 17. Isso corresponde a um terço de toda a frota de navios de prospecção em atividade no mundo.

O que explica então a corrida ao petróleo e ao gás no Brasil? As reservas sauditas foram estatizadas depois do primeiro choque do petróleo na década de 70. O Irã dos aiatolás e o Iraque de Saddam Hussein estão longe de figurar na lista dos lugares mais amistosos e hospitaleiros para os negócios, sem falar no clima de guerra intermitente na região e arredores.

No Mar do Norte, a segunda região produtora do mundo depois do Oriente Médio, os campos começam a dar sinais de exaustão. Já as reservas brasileiras permanecem praticamente inexploradas e, mais importante, abertas às empresas internacionais. Apenas 9% da área total das 29 bacias sedimentares nacionais foi licitada pela ANP desde a abertura do setor, há cinco anos.

Os investimentos previstos para os próximos dez anos chegam a US\$ 100 bilhões - US\$ 85 bilhões para exploração e produção de petróleo e outros US\$ 15 bilhões para o gás. Ou seja, uma média de 10 bilhões de dólares por ano, o equivalente a um terço de todos os investimentos estrangeiros no Brasil em 1999. Esse dinheiro representa oportunidades de negócios para uma imensa gama de fornecedores de bens e serviços. Para quem quer mudar de emprego ou vai entrar no mercado de trabalho, as perspectivas são igualmente promissoras. O setor de petróleo emprega hoje cerca de 30 000 pessoas. A estimativa da ANP é de que a indústria abra 250.000 novos postos de trabalho na próxima década. (*Exame, 20/11/2001*)

Uruguay- empresas mas endeudadas- En lo que va de 2001, 108 empresas solicitaron condiciones especiales para pagar sus deudas.

Hasta el 9 de este mes, el monto alcanzado por los concordatos preventivos y las moratorias alcanzó los U\$S 63 millones, aunque faltan datos con respecto a 17 empresas que se encuentran en trámites concordatorios.

Durante el año 2000, el monto por los concordatos (O sea fórmulas de pago que las empresas ofrecen a sus acreedores, las cuales generalmente incluyen un período de gracia) alcanzaron los U\$S 106 millones y en 1999 se llegó al récord de los U\$S 125 millones.

Esto significa que con un estimado de concordatos para 2001 en el entorno de los U\$S 100 millones, durante los tres últimos años se han diferido pagos por un total de U\$S 331 millones.

La situación registrada este año muestra que en el área empresarial siguen los graves problemas económicos debido a una falta de reactivación del mercado interno y una caída en las exportaciones. (*La República* 17/11/01).

Notas e Correspondências

Cepal prevê baixo crescimento -

A América Latina “difícilmente” crecerá entre 1,5% e 2% este ano, ainda que registre uma leve recuperação em relação a 2001. A conclusão é da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). A estimativa da entidade é de crescimento entre 0,5% e 1% este ano.

É prevista uma estagnação na Argentina em 2002, e um crescimento de Brasil e México em 2,5% e 1,5%, respectivamente. (*Panorama Brasil*, 21/11/2001)

Denuncia penal contra Cordero. El jueves 22 de noviembre el PIT_CNT, Familiares de Detenidos Desaparecidos, SERPAJ, SERSOC, Familiares de Asesinados Políticos, y otras organizaciones de Derechos Humanos presentaron denuncia penal contra el Coronel R. Manuel Cordero, por apología del Delito en su reivindicación de la tortura, las desapariciones y asesinatos. (*Correo Sindical* 22/11/01).

Se inicia campaña contra violencia doméstica - Una pegatina de calcomanías en autos ómnibus y taxis, marcha con fotos de las víctimas y jornadas de información son parte de las actividades por el “Día de Acción por la no violencia hacia la mujer”.

El domingo 25 de noviembre se conmemora el día internacional por la no-violencia contra la mujer.

En Uruguay las estadísticas indican que una de cada dos mujeres que vive en pareja ha sufrido algún maltrato físico o psicológico y muere una cada 9 días, víctima de violencia doméstica.

La senadora Xavier abogó por la rápida aprobación del proyecto de ley contra la violencia doméstica que tiene sanción de Diputados y que fue remitido al Senado el 18 del mes pasado.

Según los especialistas “detrás de cada hombre violento hay una historia propia en su infancia donde fue abusado y hay una repetición de eso hacia su compañera”. (*La República* 22/11/01).

Se inauguro nuevo sitio sobre globalización - Como parte del programa “Globalización y desarrollo”, adelantado por el Centro Latino Americano de Ecología Social (CLAES) surge una nueva página Web dedicada al tema de la globalización. Usted la puede ubicar en la siguiente dirección: www.globalizacion.org (ORIT, Reporte de Prensa, 19/11/2001)